

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Comissões
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/11/2021

Às 14h44min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Virgílio Guimarães e Sávio Souza Cruz (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, sob a relatoria do deputado Marquinho Lemos, as Propostas de Ação Legislativa nºs 130 a 139, 141 a 143/2021 e 145 a 175/2021, com parecer pela aprovação na forma de requerimento, e são rejeitadas as Propostas de Ação Legislativa nºs 129, 140 e 144/2021. A presidência informa, por fim, quais são os requerimentos em comissão decorrentes das Propostas de Ação Legislativa nºs 133, 135, 145 e 162/2021, respectivamente:

nº 11.241/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a mobilidade urbana no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 11.242/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ampliação das regiões do Estado atendidas pela política pública de defesa civil e gestão de respostas a desastres e emergências do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, conforme o Plano de Comando 2015-2026, 4ª edição;

nº 11.243/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o controle da exploração, do transporte e da transformação de produtos advindos de florestas plantadas e outras questões relacionadas à atividade de silvicultura no Estado;

nº 11.244/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas à realização de audiência pública para debater a necessidade de se agilizar a implementação de agências nas bacias hidrográficas do Estado onde elas ainda não estejam instituídas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/12/2021

Às 9h14min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Noraldino Júnior, Gustavo Santana e Doorgal Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e da Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG; e Rogério Greco, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública. A presidência passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições e, em seguida, concede a palavra aos deputados inscritos para suas interpelações. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.076/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – Suase – da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que sejam realizadas as devidas avaliações de desempenho do servidor Adílson Mota Silva, bem com emitidos os respectivos pareceres conclusivos, uma vez que o agente aguarda desde 11/8/2021 pela resolução de sua situação funcional;

nº 11.123/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas em relatório com os valores dos investimentos realizados pelo governo na política de segurança pública no Estado, especialmente nos sistemas prisional e socioeducativo e na política de prevenção à criminalidade nos últimos cinco anos, discriminados ano a ano e por destinação;

nº 11.124/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que sejam destinados recursos financeiros suficientes para investimento na política de segurança pública no Estado, especialmente para os sistemas prisional e socioeducativo e a prevenção à criminalidade, haja vista o dever constitucional do Estado em relação ao exercício dessa política, visando a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

nº 11.125/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.753, de 2021, a qual dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado, dentro do escopo de suas competências, contribuindo para a elaboração e a manutenção de banco de dados com informações relativas às armas de fogo e munições apreendidas no Estado, especificando nome ou marca do fabricante; nome ou sigla do país de fabricação; calibre da arma ou da munição e quantidade de munição; número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendidas; número do registro de ocorrência relativo à apreensão; e identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas;

nº 11.126/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca da criação do banco de dados relativos às armas de fogo e munições apreendidas no Estado, previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências;

nº 11.127/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.754, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação semestral, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público Estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de registros de eventos de defesa social e ao número de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação, envolvendo os crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de morte, consolidados por região integrada de segurança pública, discriminados por município e contendo os números absolutos e a taxa para cada grupo de cem mil habitantes;

nº 11.128/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca do estágio de implementação da Lei nº 23.754, de 2021, a qual altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e divulgação semestral de dados pela pasta para consulta, bem como ao envio, para o Ministério Público Estadual e a Comissão de Segurança Pública desta Casa, dos dados relativos aos números de Registros de Eventos de Defesa Social e de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação dos crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de morte, consolidados por região integrada de segurança pública e discriminados por município, com apresentação dos números absolutos e percentuais para cada grupo de cem mil habitantes;

nº 11.129/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que sejam priorizadas ações e iniciativas destinadas à integração das forças de segurança pública em Minas Gerais, considerando-se o planejamento, a inteligência e a troca de informações entre os órgãos da área como estratégia central no aprimoramento da Política Estadual de Segurança Pública;

nº 11.130/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo as ações e iniciativas efetivas e concretas da pasta com o objetivo de integrar as forças de segurança pública em Minas Gerais, considerando-se o planejamento, a inteligência e a troca de informações entre os órgãos da área como estratégia central para o aprimoramento da Política Estadual de Segurança Pública;

nº 11.131/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação anual, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público Estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, dos dados relativos ao número de agentes prisionais e socioeducativos mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando o local de trabalho e fazendo breve síntese do fato em que se envolveram, e ao número desses servidores, aposentados, que foram mortos, além do número de feridos em serviço, ou em

razão dele, também discriminando o local de trabalho e fazendo breve síntese do fato em que se envolveram, especificando ainda o número de servidores aposentados que foram feridos;

nº 11.132/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca da situação de implementação da Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação anual pela pasta, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de agentes prisionais e socioeducativos mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram mortos, além do número de feridos em serviço, ou em razão dele, também discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram feridos;

nº 11.133/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que envie esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo no tocante à recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governo estadual, por meio dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão e os representantes das forças de segurança, assinado em ata em 22/11/ 2019, previa um total de três parcelas, calculadas, naquela ocasião, pelo próprio titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ressaltando-se que, conforme o IPCA oficialmente divulgado, o acúmulo da inflação de janeiro de 2015 até a presente data alcançou o patamar de 48,25%, e até o momento o governo do Estado cumpriu com somente uma única parcela, a qual recompôs um percentual de apenas 13%;

nº 11.134/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam priorizadas ações e iniciativas destinadas à integração das forças de segurança pública em Minas Gerais, considerando-se o planejamento, a inteligência e a troca de informações entre os órgãos da área como estratégia central no aprimoramento da política estadual de segurança pública;

nº 11.135/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam destinados recursos financeiros de investimento suficientes para a política de segurança pública no Estado, especialmente para os trabalhos de investigação e de polícia judiciária, haja vista o dever do Estado, previsto constitucionalmente, no exercício dessa política, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

nº 11.136/2021, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Bruno Engler e da deputada Celise Laviola, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para intensificar as ações policiais no âmbito do Cinturão de Segurança Pública, que envolve as 135 cidades limítrofes, com o objetivo de reforçar a segurança das divisas de Minas Gerais, em especial com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Goiás;

nº 11.137/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que envie esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governo do Estado, por meio dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em

ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de três parcelas, calculadas pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, ressaltando-se que o acúmulo da inflação de janeiro de 2015 até dezembro de 2021 alcançou o patamar de 48,25%, segundo o IPCA, e que, até o momento, o governo do Estado honrou somente única parcela, equivalente à recomposição de um percentual de apenas 13%;

nº 11.138/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação anual, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público Estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, dos dados relativos ao número de policiais civis mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando o local de trabalho e fazendo breve síntese do fato em que se envolveram, e ao número de servidores aposentados que foram mortos, além do número de feridos em serviço, ou em razão dele, também discriminando o local de trabalho e fazendo breve síntese do fato em que se envolveram, e ao número de servidores aposentados que foram feridos;

nº 11.139/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.754, de 2021, a qual altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no que diz respeito à publicização e à divulgação semestral de dados para consulta, bem como em relação ao envio, para o Ministério Público Estadual e a Comissão de Segurança Pública desta Casa, dos dados relativos aos números de registros de eventos de defesa social e de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação dos crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de morte, consolidados por região integrada de segurança pública e discriminados por município, com os números absolutos e a taxa para cada grupo de cem mil habitantes;

nº 11.140/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências, no âmbito de sua competência legal, contribuindo para a elaboração e a manutenção de banco de dados com informações relativas às armas de fogo e munições apreendidas no Estado, especificando o nome ou marca do fabricante; o nome ou sigla do país de fabricação; o calibre da arma ou da munição e a quantidade de munição; o número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; o ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; a data da apreensão; a fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendidas; o número do registro de ocorrência relativo à apreensão; a identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas;

nº 11.141/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em cronograma para a recomposição do efetivo da instituição, considerando-se que, de acordo com o Anexo I da Lei Complementar nº 129, de 2013, a instituição tem 17.517 cargos policiais, mas, atualmente, conta com apenas 9.853 cargos policiais ocupados, restando 7.664 cargos policiais vagos, conforme dados apresentados na Reunião Extraordinária de 7/12/2021, realizada no âmbito do Assembleia Fiscaliza, ressaltando-se que esse déficit de pessoal causa considerável prejuízo para os trabalhos investigativos e de polícia judiciária;

nº 11.142/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas no cronograma de recomposição dos quadros atuais de efetivo da Polícia Penal e dos agentes socioeducativos em Minas Gerais, haja vista os graves déficits hoje existentes;

nº 11.144/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja priorizada a recomposição dos quadros de efetivo da Polícia Penal e dos agentes socioeducativos em Minas Gerais, considerando-se os graves déficits hoje existentes e a necessidade de redução desses déficits;

nº 11.145/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório dos investimentos de recursos financeiros destinados à Polícia Civil pelo governo do Estado para o desenvolvimento de seus trabalhos de investigação e de polícia judiciária nos últimos cinco anos, discriminados ano a ano e por destinação;

nº 11.146/2021, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja disponibilizado aos policiais penais auxílio-alimentação, na forma de cartões, "tickets" ou similares, para que possam adquirir suas próprias refeições, em vez de lhes serem fornecidas pelo próprio sistema prisional;

nº 11.147/2021, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que os recursos resultantes de emenda parlamentar impositiva individual de autoria desse deputado, no valor de R\$760.000,00, destinada à aquisição de quatro viaturas para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, especificamente para o sistema prisional, não executada devido à alteração dos valores dos referidos veículos, seja revertida para a aquisição de cautela fixa para os policiais penais, em modelo compatível com sua atuação;

nº 11.200/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para que determinem a imediata restituição dos valores ilegalmente descontados dos policiais militares ativos e inativos (2,5%) e pensionistas (10,5%), a título de contribuição, bem como a interrupção do desconto de citados percentuais, uma vez que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos proferidos no julgamento do RE 1338750, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.177), e da ACO 3396 DF, declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos legais apontados nos pareceres da Advocacia-Geral do Estado, os quais foram reproduzidos no Ofício nº 0293, de 15/4/2020, subscrito pelo secretário-geral do Estado;

nº 11.201/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin –, responsáveis pelas políticas orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Executivo, pedido de providências para que o orçamento do IPSM seja ajustado com urgência, de forma que as despesas com assistência médico-hospitalar e odontológica sejam processadas, evitando que os policiais e bombeiros militares e seus dependentes tenham seus atendimentos, convênios, exames e demais procedimentos interrompidos, salientando-se que, desde 2019, o governo vem reduzindo o orçamento do IPSM e, no atual exercício financeiro, o orçamento liberado acabou em outubro, deixando as contas de saúde sem processamento por falta de repasse;

nº 11.202/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para ajustar, de imediato, o orçamento previsto para 2021 para o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, em razão da insuficiência de recursos verificada desde outubro de 2021;

nº 11.203/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para que determinem o imediato repasse da contribuição patronal devida ao IPSM desde abril de 2020, tendo em vista os acórdãos proferidos no julgamento do RE 1338750, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.177), e da ACO 3396 DF, do Supremo Tribunal Federal, ambos posteriores aos pareceres da Advocacia-Geral do Estado que fundamentaram o Ofício nº 293, de 15/4/2020, os quais reconheceram que “cabe à lei estadual, nos termos do art. 42, § 1º, da Constituição Federal, regulamentar as disposições do art. 142, § 3º, inciso X, dentre elas as relativas ao regime de aposentadoria dos militares estaduais e a questões pertinentes ao regime jurídico”, e, como forma de afastar o cometimento do crime previsto no art. 315 do Código Penal, dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei;

nº 11.204/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública, com a participação do diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, para tratar do desvio da contribuição patronal devida ao instituto por força do art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei nº 10.366, de 1990, desde abril de 2020, bem como da cobrança ilegal de 2,5% a mais a título de contribuição dos segurados policiais e bombeiros militares ativos e inativos e de 10,5% dos pensionistas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS, DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/12/2021

Às 9h16min, comparecem à reunião a deputada Rosângela Reis (substituindo o deputado Betinho Pinto Coelho, por indicação da liderança do BDLHC) e os deputados Gil Pereira e Virgílio Guimarães, membros da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; as deputadas Rosângela Reis e Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Zé Reis e Gil Pereira (substituindo o deputado Fernando Pacheco, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e o deputado Gil Pereira (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão Extraordinária das Privatizações; os deputados Professor Irineu, Virgílio Guimarães, Gil Pereira (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM) e Zé Reis (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BDLHC), membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Professor Irineu e Gil Pereira (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; e os deputados Gil Pereira, Virgílio Guimarães e Zé Reis (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BDLHC), membros da Comissão de Minas e Energia. Estão presentes também os deputados Gustavo Valadares, Zé Guilherme e Professor Irineu. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina à realização do Assembleia Fiscaliza, que é o processo de prestação de contas instituído em Minas Gerais pela Emenda à Constituição do Estado nº 99, de 2019, com o comparecimento semestral dos secretários de Estado e dirigentes de entidades da administração direta e indireta para prestar informações sobre a gestão de suas respectivas áreas, sendo que nesta gestão o destaque é para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 e de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras. A presidência convida a tomar assento o Sr. Fernando Passalio de Avelar,

secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico. O presidente da reunião, deputado Gil Pereira, faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra ao convocado, para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.711/2019, dão início às interpelações, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Encerrada essa etapa das interpelações, o presidente passa a palavra ao convocado Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.711/2019, dão início às interpelações, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos à votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.158/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que agilize os estudos para a implantação do gasoduto ligando o Município de Sete Lagoas ao Município de Montes Claros;

nº 11.159/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que se acelere o investimento em projetos de expansão de distribuição de energia elétrica, em especial na construção de mais subestações na Região Norte do Estado, com foco na energia solar fotovoltaica;

nº 11.160/2021, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de informações sobre os desembolsos de investimentos destinados à Microrregião de Januária, discriminando-se a distribuição dos recursos financeiros por município, no período de 2019 a 2021;

nº 11.161/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que inclua o reservatório da Usina Hidrelétrica de Irapé no planejamento de instalação de usinas solares fotovoltaicas flutuantes;

nº 11.162/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam realizadas gestões à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – e à Empresa de Pesquisa Energética – EPE – para que se incluam no planejamento da expansão de subestações, além dos Municípios de Janaúba, Jaíba e Buritizeiro, os Municípios de Montes Claros e Januária;

nº 11.163/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que se promova a energização de poços tubulares profundos com sistemas de geração solar fotovoltaica, com especial atenção para cerca de 4 mil poços perfurados pela Codevasf, pelo Dnocs e pelo Idene e ainda não energizados;

nº 11.164/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações para que se detalhe os investimentos do Programa Minas Trifásico na região Leste do Estado e no Vale do Aço;

nº 11.166/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações para que, com relação aos crimes assumidos pela empresa Andrade Gutierrez em acordo de leniência perante o Estado referente ao período de 2004 a 2011, detalhe os procedimentos de apuração interna realizados em relação aos prejuízos ocasionados à Cemig e quais os resultados dessa apuração;

nº 11.167/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o governo do Estado aplique efetivamente no exercício de 2021 o percentual constitucional para o fomento e amparo à pesquisa e desenvolvimento científico na Fapemig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Gil Pereira, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/12/2021

Às 14h12min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Mauro Tramonte e Bosco (substituindo o deputado Gustavo Mitre, por indicação da liderança do BDLHC), membros da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Bernardo Mucida, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Bosco (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BDLHC) e Mauro Tramonte (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do), membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Bosco e Mauro Tramonte, membros da Comissão de Cultura. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro. A presidência da reunião convida a tomar assento à mesa o Sr. Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo. O presidente da reunião, deputado Mauro Tramonte, faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra ao convocado, para sua explanação. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.711/2019, dão início às interpelações, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Encerrada essa etapa das interpelações, o presidente passa a palavra ao convocado para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.711/2019, dão início às interpelações, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.176/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre as obras de restauração do Vapor Benjamim Guimarães, em Pirapora, incluindo lista, especificação e remessa dos convênios firmados, recursos financeiros envolvidos e sua origem, *status* atual das obras e perspectivas para o encerramento e, caso estejam paralisadas, descrição das medidas adotadas para proteger a embarcação;

nº 11.178/2021, dos deputados Bosco e deputado Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que apoie a atração de rotas aéreas que atendam aos Municípios de Araxá e Poços de Caldas, bem como ao restante da região Sul de Minas;

nº 11.179/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Conselho Estadual de Patrimônio Cultural do Estado – Conep – pedido de providências para a rápida apreciação e aprovação do processo de tombamento da Serra do Curral em âmbito estadual;

nº 11.180/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com o procurador-geral de Justiça pela realização do Congresso de Direito Penal do Ministério Público da Região Sudeste em Araxá, cidade ícone da cultura mineira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Mauro Tramonte, presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/12/2021

Às 9h11min, comparecem à reunião deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado André Quintão, conforme indicação da liderança do BDL) e os deputados João Vítor Xavier e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Gil Pereira, Gustavo Valadares, Gustavo Santana e Professor Irineu. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Saúde em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte da reunião. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Fábio Baccheretti Vítor, secretário de Estado de Saúde. A presidência concede a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Registra-se a presença dos deputados André Quintão e Bruno Engler. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

João Vítor Xavier, presidente.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/12/2021

Às 16h9min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação do laboratório do curso de Medicina da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, dada a sua importância para o curso e para a região. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Geniana Guimarães Faria, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Educação, e do Sr. Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, publicados no *Diário do Legislativo* em 30/10/2021. Registra-se a presença da deputada Laura Serrano. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra e agradece a presença dos seguintes convidados: Sras. Camila Moraes Miranda, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes – UEE-MG; Natalia Ramos, ex-aluna da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Marta Maria Santos Dias, professora aposentada da educação básica da UFVJM; e dos Srs. Janir Alves Soares, reitor da UFVJM; Kinulpe Honorato Sampaio, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UFVJM; Donald Rosa Pires Júnior, diretor da Faculdade de Medicina da UFVJM; Alex Sander Dias Machado, professor da Faculdade de Medicina e representante do Conselho Superior da UFVJM; Henrique César Lopes Neves, presidente do Centro Acadêmico de Medicina; e Tulio Pereira Alvarenga e Castro, Felipe Peleck Brunoro, e Gabriel Ferreira Dias, estudantes de Medicina da UFVJM. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, é recebido pela presidência o documento intitulado “Relatório – O ambulatório da Famed”, entregue pelo Centro Acadêmico Livre de Medicina da UFVJM. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/12/2021

Às 16h44min, comparecem à reunião, presencialmente, os deputados Hely Tarquínio e Cássio Soares e, remotamente, Ulysses Gomes e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BMSM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Professor Cleiton. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 9.836 a 9.841, 9.843 a 9.864, 9.866 a 9.881, 9.883 a 9.894, 9.896 a 9.899, 9.901 a 9.944, 9.946 e 9.947, e 9.949 a 9.988/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento n° 11.187/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que edite decreto com a finalidade de conceder benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, como a suspensão da cobrança do imposto e de multa ou juros decorrentes de eventuais atrasos dos contribuintes dos municípios atingidos pelas chuvas do mês de dezembro de 2021, na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Hely Tarquínio, presidente.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/12/2021

Às 10h12min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância do estímulo da poesia na educação e a sua importância para a formação do cidadão, em comemoração do Dia Estadual da Poesia, que é celebrado anualmente no dia 31 de outubro e é reconhecido pela Lei n° 14.493, de 2002, em homenagem à data de nascimento de Carlos Drummond de Andrade. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Regina Lages Guerra, editora; Sidneia Simões, poetisa e escritora; Brenda Marques Pena, poetisa e pesquisadora, diretora do Instituto Imersão Latina da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil – AJEB; Danielle Teixeira Tavares Monteiro, poetisa; Aguida Alves de Oliveira, coordenadora do Coletivo Arautos da Poesia; Leida Aparecida dos Reis, poetisa, escritora e CEO da Páginas Editora; Denise Pires da Costa, estudante de Artes da Escola Guignard da Uemg; Iriam Gomes Starling, autora, editora e artista plástica; Neila Maria Batista Afonso, ex-vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e os Srs. Márcio Adriano Moraes, poeta; Rômulo Garcias, artista plástico, ilustrador, cartunista e poeta; Pedro Paulo Pinheiro, ator e poeta – Barticum Cultural; João Aroldo Pereira, poeta; Luciano Mendes, escritor; e José Ênio Silva, poeta – “Nó da Poesia” e “Uniart”. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a

finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 86/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 167/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 13/1/2022, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento e instalação de móveis planejados.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.